

Palácio de Valflores, ca(u)sa nossa!

*Salvaguarda e valorização do Palácio e Quinta de Valflores
(Santa Iria de Azóia, Loures)*

Florbela Estevão, Ana Lopes | ADAL – Associação de Defesa do Ambiente e Património de Loures | adaloures@gmail.com

O

Palácio e Quinta de Valflores localiza-se na povoação de Santa Iria de Azóia, concelho de Loures, e constitui um conjunto patrimonial quinhentista de inegável valor. Trata-se de uma casa de campo senhorial, ou seja, uma residência civil, construída no século XVI, de feição renascentista, apresentando numa das fachadas, embora hoje já bastante arruinada, uma magnífica *loggia* voltada ao Tejo. Estamos perante um dos poucos exemplares deste tipo de edificações, não só no distrito de Lisboa, mas também no resto do país, como assinalaram vários historiadores. Na realidade, existem já poucas casas senhoriais deste género e época, e, mais ainda, que tenham chegado até aos nossos dias com poucas alterações em relação à construção inicial. A sua valia foi corroborada pela classificação como Imóvel de Interesse Público em 1982, diploma que estabeleceu igualmente uma zona especial de proteção.¹

De facto, estamos em presença de um conjunto patrimonial que integra, além do palácio, várias estruturas hidráulicas, com destaque para os aquedutos, bem como alguns anexos de apoio à produção agrícola. Assim, o que está em causa não se reduz somente ao dito palácio, mas inclui todas as outras estruturas que ainda subsistem relacionadas com a antiga quinta, o que significa que qualquer projeto de salvaguarda, consolidação e reabilitação terá indubitavelmente que levar isso em consideração.

Esta morada senhorial foi mandada erigir por Jorge de Barros, fidalgo da Casa Real de D. João III. Esse importante fidalgo possuía uma casa em Lisboa, mas escolheu esta propriedade, com o seu palácio, como cabeça do morgadio, para onde se terá arredado por alguns períodos, para fugir ao bulício de Lisboa e da Corte, e poder assim fruir a natureza, bem ao espírito humanista da época. Sabemos que Jorge de Barros desempenhou o cargo de feitor na Flandres, relevante centro



comercial e cultural da altura, e prestou igualmente outros serviços ao monarca, nomeadamente deslocando-se a Roma. Talvez esteja nestas suas estadias no estrangeiro, onde tomou conhecimento do espírito humanista desse tempo², a razão que o terá inspirado a optar por este tipo de casa rural perto da cidade de Lisboa. Essa influência italiana transparece quer na planta do edifício, quer no desenho dos alçados norte e sul do mesmo.

Com efeito, a casa senhorial, erguida na encosta de uma propriedade rural, apresenta uma planta quadrangular com dois pisos e um sobrado nos torreões e capela adossada. A residência está virada a sul, mas, para aquele que a visita, o que ressalta é a sua posição sobranceira em relação ao vale contíguo e, a

distância, ao Tejo. Por isso, a fachada principal do edifício possuía uma graciosa e ampla galeria aberta para a paisagem, a *loggia*, grande e larga varanda à italiana, constituída por arcos abatidos sobre colunas toscanas. O que lhe confere o cariz típico das “vilas renascentistas” é a racionalidade do projeto, especialmente do piso nobre, com uma grande sala que desemboca naquela *loggia*, ladeada por outros compartimentos; são as molduras das portas e janelas ao estilo renascentista, bem como os cunhais em pedra rusticada próprias desse estilo, como elemento recuperado do período romano. Mesmo os torreões com ameias, que para alguns autores têm ainda um sabor medieval, aparecem em construções importantes italianas do Renascimento, incluindo edificações papais em Roma, bem conhecidas.

1 | Palácio de Valflores na década de 1980. © Câmara Municipal de Loures.

2 | Pormenor de um dos aquedutos da Quinta, elemento representativo das estruturas hidráulicas existentes.

3 | Palácio de Valflores em 2016, onde é possível ver o que resta da loggia. © Câmara Municipal de Loures.



2
3

Os momentos mais importantes na vida da Quinta e Palácio de Valflores

Conforme já foi referido, em 1550 Jorge de Barros constrói um paço rural e institui o morgadio de Valflores. Com efeito, o morgadio da Quinta de Valflores teve como primeira proprietária a família Barros (mais tarde, quando a propriedade passou para a linha colateral da família, passou a designar-se Barros e Vasconcelos). Após a sua morte, a propriedade foi herdada por sua filha, D. Luísa de Barros, casada com um nobre desaparecido na Batalha de Alcácer Quibir. Em seguida, passou para um familiar e assim se manteve, por descendência, ao longo de nove gerações, até aos finais do século XIX.

Na 2.^a metade do século XIX, D. Pedro Clímaco de Alcântara de Barros e Vasconcelos acabou por perder este conjunto para credores, ficando a propriedade na posse de brasileiros. Todavia, em 1870, sabemos que ela foi adquirida pela família Reynolds, que logo a arrendou³, perdendo a sua importância como lugar de excelência ao nível habitacional. Este desinteresse terá possivelmente contribuído para a sua progressiva ruína, a qual se acentuou nos finais da década de setenta do século XX, de tal forma que levou a uma primeira intervenção das entidades públicas responsáveis pelo património cultural no sentido da sua salvaguarda.

Com efeito, devido ao estado de abandono do Palácio, em 1979, o proprietário foi notificado, pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Câmara Municipal de Loures, para proceder a obras de manutenção. E, um ano depois, surgiu o primeiro plano de intervenção da responsabilidade das entidades mencionadas, plano esse que visava a consolidação estrutural, reconstrução de



coberturas e restauro dos tetos primitivos. Infelizmente, esse programa nunca foi concretizado, por falta dos meios necessários à sua prossecução.

Paralelamente, as entidades competentes procuraram atuar noutra frente: garantir a sua proteção legal pela via da classificação. Em 1982, é publicado o Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro, que classifica o conjunto como Imóvel de Interesse Público, englobando o Palácio e a Quinta, com delimitação de uma zona especial de proteção, conforme já foi mencionado acima. Este instrumento legal garantiu a necessidade da sua preservação, mas não resolveu o impasse entre as entidades públicas e o proprietário, em que a falta de meios financeiros continuou a ser o maior obstáculo para uma resposta satisfatória à situação de degradação.

Pouco depois, em 1998, o conjunto voltou a sofrer nova vicissitude com a construção

da acessibilidade IC10. Esta obra implicou a amputação de uma parte da ZEP (zona especial de proteção) sem que disso decorresse qualquer contrapartida em favor da valorização deste património classificado. O impacto negativo também se notou ao nível do ruído assim provocado, prejudicando a leitura e contemplação da paisagem do vale e sua ligação visual ao Tejo e à lezíria.

O ano de 2000 representou o início de uma fase muito negativa para todo o conjunto em causa. Na realidade, a partir desta data, terminou a exploração económica da propriedade, o que amplificou o estado de abandono geral. A ausência do rendeiro, que utilizava a antiga residência nobre para armazenar parte da sua produção agrícola, aumentou a tendência para a ruína. A “varanda das abóboras”, como era conhecida a *loggia* pelos habitantes locais, sofreu uma derrocada parcial em 2001, com o abatimento do colunelo.



4 | Percurso do Palácio ao Castelo realizado em junho de 2017, iniciativa que se insere no programa Pelos Trilhos do Património e da Natureza promovidos pela ADAL.

Oportunidade e parcerias

Finalmente, é notória uma nova atitude por parte dos poderes públicos em relação a este conjunto patrimonial na procura de soluções, que implicam meios de financiamento, mas também uma rede de parcerias de vária índole que possam contribuir para uma visão integrada e sustentável do conjunto em apreço. Nesse sentido, em 2015 o local foi visitado pelo então Ministro da Cultura, a convite da Câmara Municipal de Loures, comprovando-se, uma vez mais, a necessidade de recuperar este exemplar de arquitetura residencial do século XVI. Continuando este desígnio, a autarquia promoveu uma candidatura no âmbito do PORLisboa – Reabilitação e Qualificação do Património Cultural – Quinta e Palácio de Valflores, que reúne várias parcerias, nas quais a ADAL também se inclui.

O contributo da associação insere-se em ações de valorização do monumento durante e após a obra; na divulgação das várias iniciativas desenvolvidas pelos parceiros; e no apoio à conceptualização da futura utilização da infraestrutura. Podemos afirmar que esta colaboração se enquadra numa nova postura dos poderes públicos relativamente às associações locais, reconhecendo-lhes os contributos dados e também o seu papel no processo presente e futuro de melhoria das condições públicas de vida. ■

NOTAS

1. Conforme o artigo 2.º do Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro, é classificado como imóvel de interesse público, “Distrito de Lisboa: Concelho de Loures: Quinta de Valflores, na freguesia de Santa Iria de Azóia”. Todavia, através do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto n.º 5/2002, de 19 de fevereiro, é procedida à seguinte alteração “Decreto do Governo n.º 28/82, de 26 de Fevereiro, na parte referente à «Quinta de Valflores», na freguesia de Santa Iria de Azóia, concelho de Loures, distrito de Lisboa, classificada como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redação: Quinta de Valflores, na Rua de Valflor, junto às escadinhas da fonte, em Via Rara, freguesia de Santa Iria de Azóia, município de Loures, distrito de Lisboa”.

2. Movimento cultural que valorizava o regresso ao classicismo, o contacto com a natureza, ligado por isso à edificação de “vilas”, nomeadamente em Itália, para residências de campo dos seus proprietários.

3. Ainda em 1899, Anselmo Braamcamp Freire descrevia Valflores como “linda casa quinhentista, ainda de regular estado de conservação” (“Brasões da Sala de Sintra”, 1927).

4. Aviso n.º LISBOA-14-2016-01, Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020, Portugal 2020. Eixo Prioritário 4 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, na Prioridade de Investimento 6.3 (6c) – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

Em 2004, a Câmara Municipal de Loures, o Instituto Português do Património Arquitectónico e a Valorsul manifestaram a sua disponibilidade para a aquisição e recuperação do palácio, cabendo então à última instituição referenciada o papel de entidade financiadora da intervenção. Esta iniciativa tinha a intenção de recorrer a financiamento externo europeu. Tal propósito não foi autorizado pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos, entidade que não reconheceu a compatibilidade da operação com o objeto social da Valorsul. Passado dois anos, o Palácio de Valflores passou para propriedade municipal.

A integração do Palácio de Valflores, em outubro de 2016, na lista dos catorze monumentos mais ameaçados da Europa pela *Europa Nostra*, trouxe novamente para a agenda política a premência da sua salvaguarda. Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal de Loures promoveu a candidatura “Reabilitação e Qualificação do Património Cultural – Quinta e Palácio de Valflores – 2.ª e 3.ª fases” ao *Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2010*⁴, integrando uma rede de parcerias das quais a ADAL participa como um dos elementos.

Contributo da ADAL para a defesa do Palácio

Desde 2004 que a ADAL fez da defesa da Quinta e do Palácio uma das suas principais causas através de um conjunto de iniciativas de advertência, sensibilização e informação, tanto junto da opinião pública como dos decisores públicos. Várias dessas ações inserem-se numa iniciativa anual designada “Positivo e Negativo do Ano”, acontecimento que procura destacar aspetos positivos e negativos junto da opinião pública e das entidades competentes. Entre 2005 e 2015

elegu oito vezes o estado de degradação e ruína do Palácio como Aspeto Negativo do ano, no domínio do Património. Este facto contribuiu para alertar a população e as entidades públicas para a necessidade de agir perante uma situação tão carente de medidas urgentes. Para assinalar a *Jornada Internacional dos Monumentos e Sítios* de 18 de abril de 2006, a ADAL colaborou, juntamente com a Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria de Azóia (ADPAC) e com a Junta de Freguesia de Santa Iria de Azóia, no evento, “Dar Luz ao Palácio e Iluminar os Ministros”, traduzindo-se numa iniciativa de sensibilização pública.

Em 2007, para assinalar o *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios*, promoveu a realização de uma caminhada entre o Castelo de Periscope e o Palácio de Valflores denunciando publicamente o estado de derrocada do imóvel e o aparente alheamento das entidades públicas responsáveis. No ano seguinte, a mesma efeméride foi assinalada com o envio diário de um fax, no período de 14 a 20 de abril, para as entidades responsáveis, enfatizando a falta de resposta para a salvaguarda deste monumento. Nova ideia em 2009, a de um porquinho-mealheiro oferecido às instituições responsáveis, como sugestão para a recolha de contributos de forma a colmatar as insuficiências financeiras dos gestores da coisa pública.

Mais recentemente, em junho de 2017, a Associação promoveu um percurso pedonal inserido desta vez na sua atividade anual “Pelos Trilhos do Património e da Natureza”, o qual envolveu uma visita guiada ao Palácio, com o apoio da Câmara Municipal de Loures, e foi mais uma oportunidade não só de conhecer a história desta casa senhorial, como também o projeto de intervenção em curso.